

**CIDADE E URBANIZAÇÃO, PROGRESSO E
CIVILIZAÇÃO.
REFLEXÕES SOBRE A CIDADE OITOCENTISTA NO
SERTÃO DAS GERAIS
(PATOS DE MINAS, 1868 -1933)**

Rosa Maria Ferreira da Silva

RESUMO: Este artigo tem por objetivo discutir a construção histórica do conceito de *cidade* e seu correlato, o *urbano*, bem como, a partir da sua configuração no século XIX, buscar pensar a sua amálgama nas experiências de intervenção urbana no interior do Brasil, notadamente na cidade de Patos de Minas, localizada na região do Alto Paranaíba em Minas Gerais.

PALAVRAS CHAVE: Cidade. Urbano. Experiência histórica.

ABSTRACT: This article aims to discuss the historical development of the concept of the *city* and its correlate, the *urban*; and, from its setting in the nineteenth century, seeking their amalgam think the experiences of urban intervention in the interior of Brazil, notably in the city of Patos de Minas, located in the Alto Paranaiba in Minas Gerais.

KEYWORDS: City. Urban. Historical experience.

Introdução

Toda pesquisa nasce de um incômodo. Antes, de perguntas à temática incômoda. Se colocarmos em tela o tema “cidade” e o especificarmos, trazendo-o para o Brasil de fim dos oitocentos, é possível perguntar: já dissemos tudo acerca das cidades forjadas no Brasil a partir de 1870?¹ Será que, conforme rezam os manuais de arquitetura e urbanismo, inspirados nas leituras dos viajantes oitocentistas, todos os vilarejos do oeste de Minas Gerais possuíam *a mesma configuração*, de modo que “quando se viu um, se viu todos”?

O que de fato sabemos é que a historiografia pouco pensou sobre os processos de urbanização das cidades do interior brasileiro. Muito menos daquelas que nasceram no sertão das Minas Gerais quando do declínio do ciclo do ouro.

Em nossa pesquisa de doutorado², ao nos debruçarmos sobre

¹ Lourenço aponta a década de 1870 como um divisor de águas no processo de transformação do perfil urbano dos vilarejos do Triângulo Mineiro. Segundo o autor: “Até o início da década de 1870, a cidade de Uberaba, as vilas e arraiais do Triângulo Mineiro ainda exibiam paisagens urbanas típicas das aglomerações sertanejas do Brasil colonial: um adro retangular no centro da localidade, dominado por uma igreja ou capela, ladeado por edificações de taipa ou adobe, com arruamento perpendicular dos lados. À frente do templo, o cemitério e, dos lados, espaço livre para as procissões. (...) O ordenamento do urbano tinha por referência a religião e o poder pessoal.” In: LOURENÇO, Luís Augusto Bustamante. *Das fronteiras do Império ao coração da República: o território do Triângulo Mineiro na transição para a formação sócio-espacial capitalista na segunda metade do século XIX*. Tese de Doutorado em Geografia Humana. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2007, p. 257.

² *A República dos Pato ou: a cidade republicana no sertão das Gerais*. Memórias, Projetos e Conflitos. (Patos de Minas, 1870 – 1933). Pesquisa desenvolvida sob orientação da Prof^ª Dr^ª Maria Clara Tomaz Machado, na linha História e Cultura, com recursos advindos da CAPES.

aquela especificidade temática, observamos que nem todas as transformações urbanas que se observam no interior das Minas Gerais, a partir da década de 1870, podem ser justificadas nos termos de uma modernidade progressista. Ainda que o discurso do *progresso* justifique a série de intervenções que se deram em fins dos oitocentos, percebemos que aquele discurso possui gradações e sentidos diferenciados, conforme o perfil dos sujeitos que compuseram a classe dominante, responsável pela condução daquelas intervenções.

Observando a questão num recorte espacial específico, qual seja a *cidade* de Patos de Minas, localizada no interior de Minas Gerais, na região do Alto Paranaíba, percebemos que a construção da sua paisagem urbana, entre 1868 e 1933, alinhou-se muito mais com os sentidos de progresso caros à Monarquia, do que aqueles que tomaram lugar no Brasil com o advento da República. Como no Rio de Janeiro, a elite construtora do espaço de Patos se inspirou no arquétipo de cidade civilizada de fins do século XIX, Paris. Mas, ao mesmo tempo, encarou com relutância, inclusive desprezando os símbolos do progresso material oitocentista, sobretudo a *estrada de ferro*.

Discutir os temas acima impõe, é claro, um movimento inicial dentro da história dos conceitos³, tendo em vista os aspectos da construção do conceito de *cidade* e seu correlato, o *urbano*, bem como as ideias de civilização e progresso que tiveram lugar no Brasil de fins do século XIX. Finalmente, exige trazer a discussão para dentro do objeto eleito para análise, qual seja a cidade de Patos de Minas entre 1868 e 1933. Este artigo representa um esforço inicial de reflexão.

³ A respeito da história dos conceitos consultar: KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado*. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, Editora PUC/Rio, 2006.

Percursos conceituais

Ainda que a produção acadêmica acerca da cidade se origine no século XIX⁴, sua experiência histórica é, obviamente, anterior aos oitocentos. Até mesmo a “metrópole” possui seu registro histórico antes do século XIX. Mas, é claro, que sob roupagens diferentes daquelas que inspirariam os estudos acerca do fenômeno das grandes cidades, congregados em torno da Sociologia Urbana.

A palavra se origina do grego *mitrópoli* (μητρόπολη), que designava uma “cidade-mãe”, cujas dimensões e problemas podiam ser comparados aos das metrópoles modernas. Se considerarmos, por exemplo, a densidade populacional, no fim da época clássica, cidades como Nínive e Alexandria abrigavam entre 500.000 e 1.000.000 de habitantes.

Contudo, a “cidade-mãe” da antiguidade ocidental foi, por excelência, Roma. Quando atingiu seu ápice, por volta do século II d.C., o centro nevrálgico do Império Romano possuía mais de um milhão de habitantes, os quais podiam ter acesso à produção de praticamente todo o mundo conhecido. Em 143 ou 144, Élio Aristides descreve da seguinte forma, parte da experiência de se viver na metrópole romana:

⁴ Do ponto de vista teórico foi da observação da metrópole oitocentista que se forjaram, como analítica, as categorias *cidade e urbano*. O processo se deu, primeiramente, através dos estudos clássicos da Sociologia Urbana. Seja na Europa de fins do século XIX, seja nos Estados Unidos em princípio do XX, a metrópole industrializada suscitou debates sobre “patologias sociais” como sub-habitação, delinquência, marginalismo, choques culturais e planejamento urbano, mas também a relação capital/ trabalho, o movimento operário e, ainda, do que Georg Simmel, em artigo seminal de 1902, chamou de “a vida mental na metrópole”. Ver: SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Otávio G. (org). *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979, p.11-25. Ainda: MARX, Karl. *O capital*, 1867 (tomos I e II); e aos ensaios de: WEBER, Max. *Conceito e categoria de cidade*, 1921 e WIRTH, Louis. *O urbanismo como modo de vida*, 1938.

Para cá [Roma] aflui de todas as partes da terra e do mar tudo aquilo que produz, nas diversas estações, cada província, e rios e lagos, e manufaturas de gregos e de bárbaros: para ver todas essas coisas não é preciso viajar de um canto a outro da terra, mas basta viver na cidade. Tudo o que é produzido em cada região, aqui se encontra sempre e em quantidade superior às necessidades. E tantos navios mercantes atracam, em todas as estações, a cada mudança das constelações, com cargas de todos os tipos de mercadorias, que a cidade pode ser comparada ao grande mercado de toda a Terra. E tantos carregamentos chegam da Índia, e até da Arábia feliz, que se pode duvidar se naquelas regiões sobrou algo nas árvores e se seus habitantes não deveriam vir aqui para pedir o que eles próprios produziram, caso precisem. E se vêem os tecidos da Babilônia e outros gêneros de luxo daquelas longínquas terras bárbaras chegarem com muito mais freqüência a e facilidade do que as mercadorias antes enviadas de Citnos a Atenas. O Egito, a Sicília e a parte habitada da Líbia são vossos celeiros. Partidas e chegadas de navios sucedem-se ininterruptamente; é de se admirar que, não no porto, mas no próprio mar haja espaço para tantas embarcações. E assim como, segundo Hesíodo, nos confins do oceano há um lugar onde tudo conflui para o fundo do mar, e o princípio se une ao fim, é para aqui que tudo se dirige: comércio, navegação, agricultura, exploração das minas, toda manufatura passada e presente, todos os produtos espontâneos e cultivados. Se algo não se encontra entre vós, pode-se dizer que não existe, ou que sequer existiu. (XXVI, 11-13).⁵

Embora metrópole, como a designassem os gregos; ou “cabeça do mundo” como diriam os próprios romanos, Aristides refere-se à Roma como *cidade*. Jamais *urbe*. Isto ocorre porque para gregos e romanos, as palavras *urbe* e *cidade* expressavam coisas diferentes.

⁵ ARISTIDES, Élio, ano 143 ou 144. Apud: SCHIAVONI, Aldo. *Uma história rompida: Roma Antiga e o Ocidente Moderno*. São Paulo: EDUSP, 2005, p. 20-21.

Correspondia à urbe o *lugar da reunião*, do domicílio, o santuário da sociedade. Ao passo que cidade era a *associação* religiosa e política das famílias.

A urbe, entre os antigos, não se formava no decorrer do tempo pelo lento desenvolvimento do número de homens e das construções. Fundava-se a urbe de uma só vez, inteiramente, em um só dia (...). Este recinto, traçado pela religião, permanece inviolável [a Urbe]. Nem estrangeiro nem cidadão algum têm o direito de transpô-lo. Saltar por cima deste pequeno sulco representava ato de impiedade; a tradição romana diz ter o irmão do fundador [Remo, irmão de Rômulo] pagou com a vida o fato de haver cometido este sacrilégio.⁶

Assim, os léxicos *urbe* e *cidade*, tornados correlatos no mundo contemporâneo, nasceram referindo-se a fenômenos sociais diferentes. Ainda que não se opusessem, não se tratavam, em absoluto, de sinônimos.

O mesmo não ocorreu com a constituição histórica do par *cidade* e *campo*. Entendidos usualmente como opostos, estes termos nasceram como complementares. No francês, por exemplo, a palavra *ville*, que designa “cidade”, deriva do latim *villa*, indicativa de um estabelecimento rural autárquico, muitas vezes o núcleo das cidades medievais. Não por acaso, as cidades europeias, tal qual as conhecemos hoje, nascem *no campo*. Na verdade *pertencentes* a este, como mostrou o pai de todos os estudos sobre a história das cidades, Lewis Mumford.⁷

No Brasil, o processo possui gradações que são relevantes e merecem ser visitadas.

Referência necessária, Sérgio Buarque de Holanda já indicava, nos anos de 1930, um aspecto fundamental a respeito do nascimento das cidades brasileiras dentro da estrutura colonial:

⁶ COULANGES, Fustel. *A cidade antiga*. São Paulo: Martins Fontes, 2000, p. 142-146.

⁷ MUNFORD, Lewis. *A Cidade na História - suas origens, transformações e perspectivas*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

Toda a estrutura da nossa sociedade colonial teve sua base fora dos meios urbanos. (...) Se, conforme opinião sustentada em capítulo anterior, não foi a rigor uma civilização agrícola o que os portugueses instauraram no Brasil, foi, sem dúvida, uma civilização de raízes rurais. É efetivamente nas propriedades rústicas que toda a vida da colônia se concentra durante os séculos iniciais da ocupação européia: as cidades são virtualmente, se não de fato, simples dependências delas. Com pouco exagero pode dizer-se que tal situação não se modificou essencialmente até a Abolição.⁸

Ainda que as cidades do Brasil tenham nascido *dependentes* do campo, e nos rincões do sertão *dentro* das extensões das fazendas, até a República a língua graduava os aglomerados humanos, diferenciando *arraiais* de *vilas* e *cidades*.

Em conformidade com o modelo português, a povoação chamada de *arraial* ou *freguesia*, podia ser elevada à categoria de *vila* e desta à categoria de *cidade*. Como vila adquiria autonomia político-administrativa, constituindo sua câmara de vereadores, com direito a cobrar impostos e baixar posturas normatizando a vida da povoação. O título de cidade acrescentava muito pouco à vila, nos termos de organização política e administrativa. Mesmo assim, do ponto de vista ideológico, a primeira era superior à segunda. Por isso, em 1832, Luiz Maria da Silva Pinto, indicava em seu dicionário que “cidade” era, na *graduação*, uma povoação *superior à Vila*⁹.

Desde o século XVIII a elite letrada do Brasil, que convivia principalmente com as realidades de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, tributava à *cidade* o espaço em que se realizava a *civilização*. Para esta elite, em especial para os poetas do Arcadismo, a civilidade e a “urbanidade” equivaliam à cortesia. Diferente, pois, da vilania e da “vileza”, próprios daqueles que

⁸ HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 73.

⁹ PINTO, Luiz Maria da Silva. *Cidade. Dicionário da Língua Brasileira*. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832.

viviam no *campo*.

Estudando o fenômeno do petrarquismo na arcádia brasileira, Luis André Nepomuceno observa:

Ainda no séc. XVIII, por exemplo, as inúmeras tentativas de se evitarem grandes dispersões da população colonial eram evidentes. Uma carta régia de julho de 1766, do governador da capitania de São Paulo, D. Luís Antônio de Sousa, determinava que os moradores se juntassem em povoações de 50 vizinhos para cima. O grande receio do governador era de que a dispersão populacional pudesse contribuir para o escasso desenvolvimento da sociabilidade e da civilidade, que só a vida urbana pode oferecer. Lembre-se, por exemplo, que a civilidade (*civitas*) e urbanidade eram o mesmo que cortesia, em oposição à vilania, a vida no campo. Só o cidadão poderia ser cortês¹⁰.

Diante da inexistência de centros urbanos na colônia, a elite letrada tinha por inspiração civilizacional as cidades da Europa¹¹. Nestas já se completara a transformação semântica que, a partir do Renascimento, fora ajuntando os termos romanos *urbe e civitas*, indicando por *cidade* a união do espaço físico (a *urbe*) com a comunidade de cidadãos (a *civitas*). Logo, *civilidade e civilização* eram palavras que, no século XVIII, se definiam em contraposição ao campo, colocando-se como próprias das cidades. Como lembra André Nunes de Azevedo:

Da mesma forma, para o marquês de Mirabeu, escritor do “*Ami des hommes*”, a palavra também se relaciona à urbanidade, aos hábitos

¹⁰ NEPOMUCENO, Luís André. *A musa desnuda e o poeta tímido: o petrarquismo na Arcádia brasileira*. São Paulo: Annablume, 2002.

¹¹ Sobre o processo civilizador na Europa e nos países coloniais, consultar a obra de: ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997, vol. 2.

urbanos, a “policé” e às regras de convivência necessárias à vida no aglomerado humano característico das cidades. Portanto, no século XVIII, civilizar-se significava urbanizar-se, adquirir urbanidade.¹²

Na língua portuguesa do século XIX, o Dicionário Cândido Figueiredo define urbano por sua correlação com a cidade, inclusive do ponto de vista da cortesia, como já o era no século anterior: *relativo à cidade; afável; cortês, civilizado. Diz-se dos prédios próprios para a habitação, em oposição a prédios rústicos ou prédios para cultivar.*¹³

Será, pois, como intervenção no espaço físico, logo na *urbe*, que nascerá em 1867 o termo *urbanismo*, neologismo criado pelo Engenheiro de Caminhos Ildefonso Cerdá, responsável pelo Plano de Extensão e Reformas de Barcelona.

Intervenções na urbe: da civilização ao progresso

Como léxico, o termo *urbanismo* possui pouco mais de cem anos. Apareceu pela primeira vez no “Boletim da Sociedade Geográfica de Neufchatel¹⁴, de 1910. Entretanto, como prática, é anterior à criação do neologismo por I. Cerdá, remontando à reformulação de Paris, no século XIX.

O precursor das intervenções na urbe e, conseqüentemente, do que passou a se entender por “urbanismo”, foi Georges-Eugène Haussmann, o engenheiro que transformou Paris na cidade mais imponente da Europa, arquétipo do urbanismo oitocentista.

As reformas de Paris tiveram lugar entre 1853 e 1870.

¹² AZEVEDO, André Nunes de. *Da Monarquia à República: um estudo dos conceitos de civilização e progresso na cidade do Rio de Janeiro, entre 1868 e 1906*. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica/Rio de Janeiro. Tese de Doutorado em História Social da Cultura, 2003, p. 40.

¹³ Cândido Figueiredo. *Urbano*. Novo Dicionário da Língua Portuguesa. Lisboa: Tavares Cardoso e Irmão, 1899.

¹⁴ CHOAY, François. *O urbanismo*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1979.

Foram reformas estratégicas. A cidade havia chegado ao século XIX com um crescimento urbano desordenado, agravado pelo desenvolvimento industrial francês. O aumento da população somava-se a um tráfego urbano caótico, epidemias constantes e uma conturbada situação política, sobretudo devido às revoluções de 1848.

Naquele ano, levantes populares conduzidos pela liderança socialista de Louis Blanc tomaram a cidade. Os becos e ruas tortuosas da Paris medieval facilitavam a constituição de barricadas atrás das quais a massa insurgente se defendia das investidas policiais. Vencida a Revolução, coube ao governo de Napoleão III transformar a face de Paris. A ideia era tornar a cidade um modelo de cidade ordeira, limpa, “livre” dos miasmas insurretos da classe trabalhadora. A tarefa foi deixada a cargo do Barão de Haussmann, o prefeito da capital francesa¹⁵.

A imagem consensual acerca das ações de Haussmann é a de que ele revirou Paris. Ao longo de doze anos, o Barão expropriou e demoliu ruelas estreitas com antigas e apertadas casas medievais, criando uma capital ordenada sobre a geometria de grandes avenidas e bulevares com novos espaços de lazer e saneamento. Visualmente, se estabeleceu o “império da linha reta com a predominância axial e da grande avenida”¹⁶. Destas, doze foram construídas em forma de estrela, em torno do Arco do Triunfo.

Sem dúvida, as reformas de Paris não corresponderam às necessidades das classes menos favorecidas. Ainda que tenham sido empreendidas em nome do “povo”, essa entidade mais correspondia ao cidadão burguês, dono do capital, do que à plebe revoltosa. Esta foi expulsa para a periferia. Ao longo das

¹⁵ Sobre os levantes de 1848 e a figura de Napoleão III, ver: de 1852: MARX, Karl. *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011. Ainda: HOBBSAWN, Eric. *A era das revoluções: 1789-1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

¹⁶ Cf. PESAVENTO, Sandra J. *O Imaginário da Cidade*. Visões literárias do urbano. Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002, p. 96.

reformas submeteu-se à crise de alojamento, à alta dos aluguéis e permaneceu, agora longe das “vistas”, em casas estreitas, superlotadas e sem luz. Apenas em 1867 foi erguida uma vila operária na *Rue Rochechouard*, conhecida por *Cité Napoleon* e destinadas verbas para a construção de casas populares nos bairros mais populosos.¹⁷

Não obstante, as reformas de Haussmann primaram pela referência constante à tradição e à memória histórica de Paris, destacando monumentos que ressaltavam seu passado de glória, agora cercados por intervenções modernas. Por estes elementos, as intervenções urbanísticas do Barão de Haussmann fixaram a imagem de Paris como modelo, símbolo e inspiração de *cidade civilizada*. Foi a Paris do século XIX e, mais ainda, o urbanismo relacionado a ela, que moldou o padrão de cidade moderna e a série de intervenções urbanísticas que tiveram lugar em várias partes do mundo, inclusive na capital e no interior do Brasil.

Ícone da *civilização* moderna, Paris foi a referência das reformas urbanísticas do Rio de Janeiro levadas a termo à época do prefeito Pereira Passos. Porém, a “Grande Reforma” de 1902-1906 à qual Pereira Passos¹⁸ é sempre relacionado, na verdade foram duas:

(...) durante o processo de reformulação urbana ocorrida no Rio de Janeiro entre 1903 e 1906, houve duas intervenções urbanísticas orientadas por sentidos distintos: uma conduzida pelo Governo Federal e projetada pelo ministro Lauro Müller e o engenheiro

¹⁷ Ibid., p.93.

¹⁸ Na biografia de Francisco Pereira Passos, observamos que ele se formou engenheiro em 1856, pela Escola Central de Engenharia do Exército, chamada posteriormente, de Escola Politécnica. Logo após a sua formatura, viajou à Paris na qualidade de funcionário público (adido de 2ª classe da delegação brasileira), permanecendo na cidade por quatro anos. Durante sua estadia, Pereira Passos não apenas acompanhou a primeira etapa das reformas conduzidas por Haussmann, como trabalhou em obras importantes no desenvolvimento da infraestrutura francesa, como a modernização do porto de Marselha e a Estrada de Ferro *Paris-Lyon-Méditerranée*.

Francisco Bicalho; outra levada a cabo pela prefeitura do Rio de Janeiro por meio de Francisco Pereira Passos. Ambos os projetos de intervenção urbana resultaram da iniciativa do então presidente da República Rodrigues Alves que, desde o seu discurso de posse, anunciara uma grande ação de reformulação urbana sob o pretexto de melhorar a imagem, a sanidade e a economia da capital federal, a fim de facilitar a imigração de estrangeiros ao Brasil, causa momentosa da lavoura cafeeicultora paulista, em crise de mão-de-obra desde a abolição da escravidão¹⁹.

Embora não antagônicas, conduziram-se por princípios diferenciados. A reforma do porto e a abertura de três avenidas para escoamento foram de responsabilidade federal, norteadas por um funcionalismo econômico, que pretendia fazer do porto o ícone do *progresso material* do Rio de Janeiro e, por extensão, do Brasil. Diferente da reforma municipal, conduzida por Passos. Responsável, dentre outros, pela reformulação do sistema viário, a canalização de rios e a construção de prédios como os do Teatro Municipal, da Biblioteca Nacional e da Escola de Belas-Artes, Pereira Passos projetou as reformas municipais tendo em vista um urbanismo organicista, de matriz culturalista, inspirado na tradição francesa de *civilização*²⁰.

O acento diferencial nos princípios informadores das duas reformas refletia perspectivas diferentes de *progresso* que conviviam, *tensionadamente*, no Brasil da segunda metade do século XIX. Observe-se que no período não havia uma, mas pelo menos *duas noções de progresso*: cada uma laudatória de um regime político diferente. Se a

¹⁹ AZEVEDO, André Nunes de. A reforma Pereira Passos: uma tentativa de integração urbana. *Revista Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n. 10, p. 40-41, maio/ago. 2003.

²⁰ Cf. AZEVEDO, Id., *Ibid.*

Monarquia entendia que o progresso material decorria do investimento na *civilização*, a elite republicana, ao contrário, compreendia que a civilização era consequência “natural” do progresso econômico, portanto, *material*. Essas gradações de sentido, praticamente uma inversão, se forjaram ao longo do processo histórico. Outrossim, decorreram de ações muito concretas que visavam reformular o campo simbólico que legitimava um e outro regime.

Face ao enfraquecimento do poder político da Coroa²¹, mediante suas dificuldades em modificar as instituições basilares sobre as quais se assentava—a Escravidão, o Conselho de Estado e o Poder Moderador—fez-se necessária uma estratégia incisiva de reafirmação simbólica da Monarquia. Segundo Nunes:

(...) era fundamental para a monarquia brasileira tomar parte em algo supostamente mais forte que a vontade humana e que a tornasse co-participante do que era moderno sem, contudo, comprometer os fundamentos de sua legitimidade tradicional, entre os quais se encontrava uma idéia que lhe era cara, a de civilização²².

Desta forma, a Coroa buscou na *idéia de ciência* a neutralidade e a universalidade que necessitava associar ao seu discurso e na *idéia de progresso* a sua inserção em algo maior,

²¹ Dentre outros: a dissolução do gabinete liberal, que ensejou a criação do Partido Liberal Radical e deste o Partido Republicano, em 1870. Após a Lei do Ventre Livre em 1871, que abalou as relações da Coroa com a sua base política preferencial, os cafeicultores do Vale do Paraíba, o Congresso de Itu de 1873 marcou a fundação do PRP, o Partido Republicano Paulista. Este, organizando os interesses dos cafeicultores paulistas, esteve à frente no processo de redefinição das noções de trabalho e progresso no Brasil, ligando a República à constituição do mercado de mão de obra livre no país. A este respeito, permanece sendo leitura obrigatória o trabalho seminal de: SALLES, Iraci Galvão. *Trabalho, progresso e a sociedade civilizada*. O Partido Republicano Paulista e a Política de Mão de Obra (1870-1889). São Paulo: Hucitec, 1986.

²² Cf. AZEVEDO, André Nunes de. Op. cit., 2003, p. 88.

em um movimento inexorável da História no qual o Brasil não deveria retardar o seu ingresso²³. Não obstante:

A idéia de progresso brasileira estava ligada à idéia de civilização na qual encontrava-se compreendida. A civilização brasileira, por sua vez, encontraria a sua “atualização histórica” na promoção da ciência, algo que possibilitaria ao Brasil aproximar-se do “progresso da civilização” dos principais países europeus²⁴.

Em conformidade com essa estratégia de reafirmação simbólica, a Monarquia agenciou ações que tinham em vista a produção científica do país, alinhada com o *modelo francês* de progresso científico. Assim, de acordo com este modelo, a promoção científica do Brasil foi estimulada em lugares *que não a universidade*, destacando-se: a modernização do Observatório Nacional, a criação da Escola de Minas de Ouro Preto (1874), A Comissão Geológica do Brasil (1875), o Laboratório de Fisiologia do Museu Nacional (1880); e a transformação da Escola Central em *Escola Polytechnica*, em 1874. Dentre outros, formaram-se em Engenharia Civil, pela Polytechnica do Rio de Janeiro: Francisco Pereira Passos (Prefeito do Rio); Saturnino de Brito (engenheiro sanitarista); Aarão Reis (responsável pelo projeto de Belo Horizonte)²⁵ e... *Olegário Dias Maciel*, da Vila de Santo Antônio

²³ Ibid., p. 88.

²⁴ Ibid., p. 88.

²⁵ Sobre Antônio Pereira Passos, ver nota 17. Francisco Rodrigues Saturnino de Brito foi pioneiro da “engenharia sanitária” do Brasil. Participou de uma série de projetos de abastecimento de água, saneamento e urbanização, dentre outros em: Santos, São Paulo, Belo Horizonte, Rio de Janeiro e Vitória. Aarão Leal de Carvalho Reis chefou o projeto de construção de Belo Horizonte e, ainda, planejou a cidade de Soure na Ilha de Marajó. Sobre o papel dos engenheiros, advogados e médicos no Brasil do século XIX, consultar: TELLES, Pedro Carlos da Silva. *História da Engenharia no Brasil*. Rio de Janeiro: Clavero, 1994; SCHWARTZMAN, Simon. A força do novo. In: *A redescoberta da cultura*. São Paulo: EDUSP, 1997, p. 95-125;

dos Patos, interior de Minas Gerais, objeto de nossa pesquisa.

Um olhar rápido sobre o Rio de Janeiro do Segundo Império revela uma efervescente vida social e cultural. Salões eruditos e rodas de literatos; palestras e discussões públicas sobre temas científicos e artísticos; teatros e *clubs*, como o Cassino Fluminense e o Joquey Club, dinamizavam as noites de uma *elite* que ia, gradualmente, afirmando *seus códigos de autorreconhecimento*: os signos do que ela entendia por *civilização*.

Diferente da República.

Buscando modernizar a economia, o ministro da fazenda, Rui Barbosa, ampliou a concessão para emissões monetárias a vários bancos, aumentando a quantidade de moeda no mercado sem qualquer lastro. O resultado imediato foi uma febre especulativa, decorrente da facilidade de crédito e, em curto prazo, uma crise sem precedentes. Trata-se de episódio conhecido na História do Brasil, como a Crise do Encilhamento.

O Encilhamento gerou uma euforia também sem precedentes na história brasileira, em especial no Rio de Janeiro. A criação de várias empresas fez parecer aos contemporâneos que a República estabelecería uma nova era de prosperidade material.

Se a República significou a dissolução da ordem política anterior, também implicou numa *re-significação moral* da riqueza. Com o desaparecimento da figura proba do Imperador e de sua representação ética como interventor na vida social e política do país, com as facilidades do Encilhamento, enriquecer a qualquer custo entrou na ordem do dia. Assim, a noção de progresso ligada à República difere, e muito, da noção anterior, abraçada pela Monarquia em seu processo de rearticulação simbólica:

A República abdicou da responsabilidade pela construção de uma civilização, algo próprio do Império. As mudanças na ordem política propiciadas pela República e a experiência do Encilhamento fizeram

COELHO, Edmundo Campos. *As profissões imperiais: Medicina, Engenharia e Advocacia no Rio de Janeiro, 1822-1930*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

do progresso, entendido na República como desenvolvimento material – técnico e econômico – o principal valor e metáfora política a ser reconhecida pela República. Como apareceria escrito em um jornal da época: “A República é a riqueza”²⁶

A crença de que era possível enriquecer do dia para a noite dominava o Rio de Janeiro. Diferente do Império, no qual a riqueza e a influência política dependiam do *nascimento* e, a partir deste, das relações com a Coroa, na República a ascensão social parecia depender exclusivamente da *argúcia dos indivíduos*. A febre especulativa que assolou a capital, fruto imediato do Encilhamento, diluía não apenas a distância social entre as pessoas, como também a distância física, colocando num mesmo espaço, *enovelados*, indivíduos que de outro modo jamais se misturariam. É o que se depreende do romance do Visconde de Taunay:

Terrível o aperto, completos o acotovelamento e a igualdade; todas as classes da sociedade misturadas, confundidas, enoveladas, senadores, deputados, médicos de nota ou sem clínica, advogados bem reputados ou desprestigosos, magistrados de fama, militares, um mundo de desconhecidos, outros infelizmente demasiados conhecidos; homens vindos de todos os pontos do Brasil, alguns até das velhas bolsas da Europa, espertos, ativos, de modos ora insinuantes, ora imperiosos como que de fidalgos deslocados do seu meio habitual, afeitos a todos os negócios, prontos para todas as transações havidas e por haver, gente chegada de fresco dos Estados com a feição ainda tímida e acaiprada de provincianos e gestos de quem mal domina surpresas e medos imensos, outros veteranos já naquele fogo de nova espécie, gabolas, farfalhantes, rindo alto, contando proezas e os mais arriscados lances; políticos de posição, há pouco afirmada pela cartola solene, sobrecasaca abotoada e ademanos compassados, agora, de chapéu mole, paletó saco e maneiras familiares, a correrem, com o sorriso esterotipado

²⁶ Ibid., p. 142.

das dançarinas, atrás dos possíveis fregueses, em penosa competência com caixeirinhos, verdadeiros meninos atirados em cheio na voragem da bolsa, crianças, quase, a levarem nas pequeninas mãos nervosamente fechadas, grossos maços de notas amarrados por cordéis brancos em cruz, contos e contos de réis²⁷.

A ideia de progresso que a República abraçou como *sua*, deveu, e muito, ao Encilhamento. Assim, as novas oportunidades, a abundância de crédito e a perspectiva de abertura de empresas fomentavam a crença de que o Rio de Janeiro modernizava a sua economia e que, de maneira geral, os frutos daquele progresso material poderiam ser compartilhados por todos. A capital tornara-se uma “terra de oportunidades” onde, indistintamente, *qualquer pessoa* poderia “subir na vida”, independentemente da sua condição de nascimento. Logo, do ponto de vista simbólico, outros signos discricionários eclodiram no cotidiano do Rio de Janeiro. Tornou-se vital *exibir* a riqueza como indicativo de mudança de condição material. Nesse sentido, nada melhor do que um *dente de ouro*, como lembrou Gilberto Freyre:

Uma das elegâncias quer de soldados, quer de paisanos, que vindo da parte mais humilde da população, atingissem os primeiros postos de importância nas suas atividades ou profissões, foi, na época, a do dente de ouro. Raro o “cônego” sem o seu dente de ouro. Rara, também, sem o seu dente de ouro, a mulata ou mulher de cor com algum sucesso como mulher ou com algum prestígio como quitandeira ou quituteira. Raro o indivíduo de cor, bacharel em direito, alferes do exército, pequeno negociante - em ascensão social: necessitando de afirmar-se - sem dente de ouro. Dos próprios brancos e indivíduos de origem modesta vários foram os que se deixaram contagiar pela moda do dente de ouro²⁸.

²⁷ Taunay, Alfredo d’Escagnolle (Visconde de Taunay). *O Encilhamento: cenas contemporâneas da bolsa do Rio de Janeiro em 1890, 1891 e 1892*. Rio de Janeiro: Livraria Itatiaia, 1971, 247 p.

²⁸ Gilberto Freyre. *Ordem e Progresso*. Rio de Janeiro: José Olímpio,

Destarte, as reformas urbanas às quais o Rio de Janeiro foi submetido entre 1903 e 1906, refletiram, pois, *dois sentidos de progresso*, decorrentes da tradição política que se dissolvia e de outra que se assentava. Se as reformas conduzidas pelo governo federal indicavam esforços no sentido de permitir o incremento das transações comerciais através da modernização do porto, alavancando o progresso da capital e do Brasil, por outro lado as reformas conduzidas por Pereira Passos indicavam uma noção de cidade enquanto espaço de realização da *civilização*, tal qual a elite do Império assim o entendia.

Observe-se que o projeto de Passos não era reflexo de uma visão romântica, ou exclusivamente do perfil profissiográfico de um engenheiro formado na tradição intelectual da monarquia brasileira. Tratava-se, mais do que isso, de um projeto que refletia a concepção de mundo e de administração pública de *uma classe*. Referimo-nos, é claro, à elite nobiliárquica, latifundiária e escravagista do Brasil Imperial que se autoreconhecia através dos signos da *civilidade* e que, por isso mesmo, entendia que a gerência do Estado era sua função “natural”. Nunca é demais lembrar que Francisco Pereira Passos era filho do Barão de Magaratiba, cafeicultor escravocrata de São João do Príncipe, na região sul-fluminense.

Os Macieis e o projeto de civilização dos Patos

Quando refletimos acerca das transformações urbanas que tiveram lugar no Brasil a partir da segunda metade do século XIX, é importante ter claro os princípios que nortearam aquelas intervenções. *Nem sempre* foram conduzidas por uma modernidade progressista que visava o incremento das atividades econômicas. Ainda que os discursos que informavam as falas dos “construtores do espaço”²⁹ estivessem baseados na ideia genérica

1959. V. 1, p. 127.

²⁹ Trata-se de expressão utilizada por Pesavento, referindo-se ao grupo ou classe que chama para si a gerência da reordenação urbana do espaço

de “progresso”, como vimos, essa ideia possuía *gradações*. Tais gradações dependiam da *pertença* cultural dos membros da elite gestora da cidade. Em geral, nos esquecemos que a República *não significou* uma transformação radical do perfil das classes dominantes no interior do Brasil. Pelo contrário, exigiu um rearranjo de forças que apenas reafirmaria o poder dos chefes locais que controlavam os municípios desde o Império.

É desta forma que compreendemos a família Dias Maciel³⁰ que, ao chamar para si a condução do processo de *constituição* do que viria a ser a cidade de Patos de Minas, a despeito de, a partir de 1889, se alinhar nas hostes do Partido Republicano, imprimiu à cidade não os signos do progresso *material* caros à República. E sim os signos pertinentes à tradição da monarquia que articulava *progresso à civilização* e que, sem dúvida, encontrou em Paris o seu maior ícone.

A influência política dos Macieis³¹ pode ser mensurada pela

citadino. Ver: PESAVENTO, Sandra J. Op., cit., 2002.

³⁰ A família Dias Maciel se constituiu em Patos de Minas a partir de dois irmãos, Antônio e Jerônimo Dias Maciel, que migraram de Bom Despacho do Picão, distrito de Pitangui, para o Arraial de Santo Antônio dos Patos na segunda metade do século XIX. Ao se estabelecerem no Arraial tornaram-se os líderes do Partido Liberal local e os pais fundadores do clã político familiar que iria conduzir o processo de construção do espaço urbano da cidade de Patos. Numa época em que eleitores e candidatos eram condicionados pela renda, estabeleceu-se entre o Macieis e outras famílias, uma extensa e intrincada rede de relações de compadrio e de parentesco. Assim, cerraram fileiras em torno deles, tanto famílias abastadas como os Pacheco, os Santana, os Magalhães e os Ferreira da Silva, quanto o cortejo típico de agregados e afilhados pobres, esteio necessário para o reconhecimento público da importância política. A esse respeito, consultar obra clássica de FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*. Formação do Patronato político Brasileiro. São Paulo: Globo, 1993. 2v. A respeito da presença familiar na gestão política dos municípios mineiros, ver: HORTA, Cid Rebelo. Famílias governamentais de Minas Gerais. In: *Seminário de Estudos Mineiros 2*. Belo Horizonte, Universidade de Minas Gerais, 1956, p. 43 – 91.

³¹ A referência à família por “Macieis” é usual em Patos de Minas. Foi, inclusive, justificada no Jornal *Cidade de Patos* de 9 de abril de 1916, em artigo intitulado “Aula de Língua Nacional”. O autor de pseudônimo

importância conferida à família pelo próprio Império brasileiro. Se encontramos entre eles as grandes patentes da Guarda Nacional, cabendo ao patriarca Antônio Dias o posto de “Coronel” e a seu irmão Jerônimo o de “Major”, também encontramos um título nobiliárquico: em 1888 a Princesa Isabel concedeu a Antônio Dias Maciel o título de *Barão de Araguay*.

Entre 1868 e 1930, os Agentes do Executivo, primeiro da Vila depois da Cidade de Patos, estiveram ligados à família Maciel, seja por parentesco ou afinidade política³². Com a República, *de 1889 até 1930*, a gestão executiva do município se alternou entre quatro Macieis: Major Jerônimo Dias Maciel, Olegário Maciel, Adélio Maciel e Marcolino de Barros (cunhado de Olegário). Logicamente a mesa diretora da Câmara dos Vereadores esteve composta pelos Macieis e seus correligionários, os quais ocupavam, *também*, a maior parte das cadeiras da câmara. Somase à preponderância na gerência do município, uma dominação que se estendia a cargos do judiciário, à direção de escolas e postos de saúde (posteriormente do hospital), da imprensa local e às instâncias de poder estadual e federal através do deputado, senador e presidente de Minas, Olegário Maciel³³.

Ajacarandesca Ferula adverte: *Os nomes proprios em via de regra não admitem plural, mas redusidos a substantivos cummuns, isto é empregados para designar classes ou especies tomam o signal de plural. (...) E exemplifica: Quando familias diversas ou membros de uma mesma familia. v.g. os MACIEIS em PATOS têm influencia politica incontestável (...)* Aula de Lingua Nacional. **Cidade de Patos**. Patos, Anno II, n. 64, 9 abr. 1916, p. 2. (Grifos nossos).

³² Houve apenas duas exceções: Daniel Alves Belluco (1878 -1881) e Bernardino Antônio Borges (1881-1883).

³³ Olegário Maciel construiu uma sólida carreira política, representando como poucos a oligarquia agrária e conservadora de Minas Gerais. Dirigiu o município de Patos de 1892 a 1894, depois do que foi eleito Deputado Federal. Engrossou a bancada mineira no período da política dos Governadores, sucessivamente de 1894 a 1908, nos seguintes mandatos: 1894 -1896; 1897-1899; 1900-1902; 1903-1905; 1906-1908. Em 1907 passou rapidamente pela direção do município de Patos, na qualidade de Agente Executivo, para, mais uma vez, ser eleito Deputado Federal no biênio de 1909 a 1911. Foi nomeado,

Não obstante, a família possuía uma formação intelectual que a diferenciava, inclusive, dentro da camada dominante *local*. Um olhar na sua árvore genealógica revela, a título de exemplo, que dentre os herdeiros diretos de Antônio e Jerônimo (filhos e netos) *treze* possuíam curso superior, inclusive concluídos na Sorbonne, como o curso de Economia feito por Leopoldo Dias Maciel, neto de Antônio.

Todos os Macieis que estiveram à frente do Executivo de Patos, entre 1868 e 1930, eram diplomados. O menos graduado, o Major Jerônimo Dias Maciel, era boticário, e professor de Latim e Francês, formado no Colégio Zacharias, de Pitangui, Minas Gerais. Marcolino de Barros (genro do Coronel Antônio Dias Maciel) era advogado, formado na Faculdade de Direito do Recife. Adélio Maciel era médico, formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Olegário Maciel, como dissemos antes, formou-se Engenheiro Civil pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Os demais Macieis que ocuparam cargos públicos no período, bem como seus correligionários, ligados ao clã por parentesco ou afinidade, possuíam formação humanista em nível preparatório e, ou, formação superior, como: Eufrázio Rodrigues: médico; Noé Ferreira da Silva: dentista; Itagiba Ferreira da Silva, advogado; Agenor Maciel: farmacêutico; João Maurício Pottier Monteiro, Advogado; Antônio Nogueira de Almeida Coelho, Advogado.

Decorre daquela formação e, obviamente, da ligação desta com a classe, o *projeto* de cidade que os Macieis planeavam para Patos, posto que na entrelinha dos discursos, observamos que

no governo de Wenceslau Brás, Inspetor Geral do Serviço de Vias Férreas do Ministério da Viação e Obras Públicas, cargo que ocupou de 1914 a 1918. Em 1927, Olegário Dias Maciel foi reeleito para o Senado Estadual e, após dois anos de legislatura, foi finalmente indicado pelo PRM à Presidência de Minas Gerais, para suceder o Presidente Antônio Carlos Ribeiro de Andrada. Em 1930, torna-se peça importante na condução de Getúlio Vargas ao poder e, ainda, na Revolução de 1932. Ao falecer, em 1933, através do Decreto n. 23 130 de 5 de setembro de 1933, lhe são prestadas, em *todo o país*, honras de chefe de Estado. Cf. *Diário Oficial*, Quarta feira, 6 de setembro de 1933, n. 17.581.

a *cidade* – tal qual a compreendiam – era obra *a ser realizada*. Portanto, um *dever* que dependia, é claro, da sua intervenção política.

Entre 1868 e 1929, aproximadamente, os discursos dos Macieis presentes nas Atas da Câmara Municipal e nos jornais revelam que a *cidade* de Patos *estava sendo construída* e a obra se concretizaria no alcance da *civilização*. Isto significava um investimento não nos ícones do progresso *material* do século XIX, e sim naqueles que eram caros à elite forjada no Império.

Em 1868, o Major Jerônimo Dias Maciel, então Presidente da Câmara Municipal da Vila de Santo Antônio dos Patos, no pronunciamento alusivo à instalação da Vila mira o futuro, ligando-o à civilização trazida com a navegação no Rio Paranaíba:

Pois bem: quem sabe se em menos tempo que este lugar a ser criado e atingir à categoria de Vila, que ora tem, veremos do barranco do nosso Paranaíba, o fumo dos Vapores? E com estes, o desenvolvimento da industria, do comercio, da *civilização*, e enfim tudo quanto se possa desejar!³⁴

Quarenta e nove anos depois, já proclamada a República, seu sobrinho Adélio Dias Maciel enxerga na *educação*, e *não nos apitos do trem*, o “progresso” da *nascente cidade*. Referindo-se à instalação do Grupo Escolar, em 1917, afirma:

Não são somente afirmações do progresso, as aquisições que se traduzem em apitos de locomotivas e estabelecimentos industriais, na caprichosa estrutura das elegantes edificações, que consultam ao luxo e á ostentação, no surgimento, enfim das bellas avenidas com todo o seu caudal de lojas, *bars*, casas de diversões, etc.

³⁴ 1º Livro de Atas da Câmara Municipal da Vila de Santo Antônio dos Patos – 29 de fevereiro de 1868. Apud: MELLO, Antônio de Oliveira. *Uma história de exercício da democracia*. Patos de Minas: Câmara Municipal, 2006, p. 102. Observe-se que no livro do qual a citação foi retirada, a grafia de época foi atualizada. Para a composição da tese, na medida do possível serão consultados os documentos originais e grafos conforme a época.

em que se dá expansão á vaidade, aos gostos frívolos, ao desejo de exhibição. (...) Um Grupo Escolar, rigorosamente constituído, preenchendo cabalmente os seus fins, não é uma aquisição secundaria e vulgar. Tem alguma cousa de mais significativamente elevado, do que os marcos de adeantamento que apenas satisfazem o goso e a commodidade. E' um núcleo de trabalho, de aperfeiçoamento, em que as intelligencias se dilatam, a vontade e o character se educam, as faculdades se manifestam e aperfeiçoam, abrindo á infancia um futuro até então desconhecido, e campos mais vastos e accessíveis para a applicação da actividade³⁵.

Por comparação, observamos que a noção de progresso dos Macieis diferia bastante da noção que informava as ações, por exemplo, da elite uberlandense. De acordo com a historiadora Valéria Lopes, no princípio do século XX a elite de Uberlândia, entendia por *progresso* a indústria e o comércio, por sua vez alavancados pela chegada da “Maria fumaça”. Citando matéria de 1922, na qual o jornal *A Tribuna* fazia referência à constituição de uma sociedade para a montagem de uma fábrica de tecidos, nos idos de 1903, a pesquisadora ilustra a afirmação de que os discursos das elites locais eram enfáticos quanto ao “destino” progressista da cidade:

(...) em casa do estimável cavalheiro, major Custódio da Costa Pereira, algumas pessoas gradas desta terra afim de encorporarem uma sociedade cujo fim seria montar uma fábrica de tecidos [...]. Já neste tempo os signatários diziam-se esperançados com a fecundidade de nossa terra e na acta apreciavam as possibilidades deste município e dos circunvizinhos. A acta finalizava assim: Acreditam ainda os associados que uma vez tornada em realidade esta idéia digna de toda a consideração, toda e qualquer outra tendente ao progresso deste ou daquele município visinhos terá necessariamente que prosperar à sua sombra³⁶.

³⁵ UMA bella aquisição. *Cidade de Patos*. Anno 3, n.119, Patos, 10 de junho de 1917, p.1.

³⁶ FÁBRICA de tecidos. *A Tribuna*. Uberlândia, anno 4, n.171, 24 dez. 1922.

Também caminha na direção da chegada do trem de ferro, e com ele a indústria, a noção de progresso presente na literatura do memorialista de Patos de Minas, Antônio de Oliveira Mello³⁷. Escrevendo na década de 1970, Mello imputa a uma estrada de ferro que *não foi, o não progresso* de Patos de Minas. Segundo o autor, apesar de *todo o empenho* dos Macieis, em particular de Olegário Maciel, ele nada pode contra as forças que obstruíam o *progresso* de Patos³⁸.

Entretanto, observamos a documentação de outra forma. Entendemos que havia, sem dúvida, uma noção de progresso que informava as ações do Macieis. Mas esta noção, embora não excluísse, não estava ligada ao progresso material *representado* pelos trilhos da locomotiva. Antes, *progresso* para os Dias Maciel articulava-se, como dito, à ideia de *civilização*, por sua vez dependente da educação, do saneamento, da higiene, da saúde, da água potável, da estética da povoação.

Acreditamos que, herdeiros da tradição política do Império e formados intelectualmente nela, os Dias Maciel *optaram* por imprimir à cidade que *iriam construir* os signos da *civilização* e não *do progresso material*. Por vários motivos. Mais particularmente, por três.

Apud: LOPES, Valéria Maria Queiroz Cavalcante. *Uberlândia: histórias por entre trilhas, trilhos e outros caminhos*. Memórias, construção e apropriações dos espaços. Uberlândia: EDUFU, 2010, p. 21.

³⁷ Da obra de Antônio de Oliveira Mello destacamos: MELLO, A. O. *Patos de Minas: capital do milho*. Patos de Minas: Editora da Academia Patense de Letras, 1971; Id. *Patos de Minas: Minha Cidade*. Patos de Minas: Editora da Academia Patense de Letras, 1978; Id., *Patos de Minas: seu folclore e suas lendas*. Patos de Minas: Editora da Academia Patense de Letras, 1978.

³⁸ Para um projeto discutido na Assembléia Legislativa da Província de Minas Gerais, em 20 de setembro de 1882, no qual se *cogita* a possibilidade de uma estrada de ferro que ligava Patos a Goiás, Melo entende que a chegada dos trilhos à Patos foi obstruída pela ação do Partido Conservador. Acerca da referência a um plano do governo Afonso Pena que aparece comentado no Jornal *A Cidade de Patos*, de 31 de janeiro de 1915, Mello indica que o ramal ferro não chega a Patos, detendo-se em Paracatu.

Em primeiro lugar, porque o processo de construção de Patos inicia-se mesmo sob os auspícios do Império, em 1868. Em segundo lugar, porque os Dias Maciel possuíam uma consciência discricionária que foi construída *dentro da* tradição imperial do Brasil. Era isto que lhes conferia a pertença de *classe* dada, não pela construção individual da riqueza, e sim pelo pertencimento ao *clã*, à *família*. Por direito de *nascimento*, entendiam que cabia a eles a missão histórica da ação política e, com ela, a criação da Cidade de Patos. Ainda que viessem, e vieram alinhar-se nas hostes do Partido Republicano Mineiro, *jamaís* adotaram medidas que, de acordo com o ideal republicano de riqueza, permitissem a democratização do poder ou, *sequer* a chegada em massa de indivíduos “de fora” de Patos, como, “desafortunadamente”, uma locomotiva poderia trazer. Por décadas, Patos foi uma cidade “ensimesmada”, circunscrita não apenas a limites geográficos rígidos, como, sobretudo, a limites *sociais* muito bem demarcados.

Ressalte-se que a família Maciel nunca deixou de ostentar, mesmo durante a República, nem as patentes da Guarda Nacional, nem o título nobiliárquico do seu primeiro *pater famílias*, o Coronel Antônio Dias Maciel, *Barão de Araguari*. A sucessão do barão na liderança do clã foi feita por seu filho mais velho, Olegário. Este, embora fosse por direito o próximo barão, veio a ser reconhecido discricionariamente por outro título: o de *Doutor Olegário*.

Em terceiro lugar, entendemos que a formação intelectual dos Dias Maciel está na raiz do projeto de cidade civilizada que eles idearam. Foi a sua formação que os instrumentalizou na intervenção *científica da urbe* em conformidade com o modelo de tradição científica francês, importado pela Monarquia.

De fato, a estrada de ferro nunca chegou a Patos. Embora o Doutor Olegário Maciel tenha se formado em 1878 na Escola Polytechnica do Rio de Janeiro, a mesma escola que formou um dos gênios da viação férrea do país, o Engenheiro Francisco Pereira Passos. Embora, em 1888, tenha sido nomeado Engenheiro Superintendente da Companhia Belga de Estrada de Ferro (de

Pitanguy a Patos); embora, entre 1914 e 1918 tenha ocupado o cargo de inspetor geral do Serviço de Vias férreas do Ministério de Viação e Obras Públicas do governo de Vencesláu Brás... Patos não recebeu os trilhos da estrada.

Ao contrário dos apitos da Maria Fumaça, das indústrias, do comércio palpitante e das oportunidades de enriquecimento, os Macieis plantaram na Cidade de Patos outros símbolos de progresso: entre 1870 e 1933 eles investiram na *canalização da água, na construção do jardim público, na reorientação do traçado urbano da cidade*, saindo do vetor norte rumo a Paracatu, e indo para o sul nas terras planas da chapada; *na abertura da Avenida da Liberdade*, inspirada na *Champs Élysées* de Paris; *na construção do cinema; na construção de um hospital, em medidas de saneamento básico; na construção do Grupo Escolar*.



FIGURA 1: Patos de Minas. Av. Getúlio Vargas, 1934. À esquerda, em primeiro plano, Escola Normal.

FONTE: MuP – Museu da Cidade de Patos de Minas. Acervo Digitalizado.

Contudo, a aparelhagem urbana que coroou o projeto civilizacional dos Macieis deu-se no apagar das luzes da própria vida de Olegário: a Escola Normal, inaugurada em 1933, ideada por ele e conquistada através da sua influência política.

Construída de frente ao palacete de Olegário Maciel, na Avenida Getúlio Vargas (antiga Av. da Liberdade), foi erguida em estilo europeu, com salão nobre, escadaria de ferro batido inglês, vitrais vienenses, piano e todas as demais comodidades necessárias para “formar adequadamente os professores”³⁹. Nascida, primeiro, como escola de orientação presbiteriana, o Instituto Sul Americano funcionou posteriormente no próprio palacete de Olegário. Ele faleceu antes da inauguração do prédio e, portanto, não chegou a ver as festividades de formação dos futuros professores da cidade e da região, assim descritas em 1934:

As Brilhantes Festividades com que a Escola Normal encerrou o Ano Letivo - Revestiram-se de grande e inexcedível brilho as festas finais de encerramento do ano letivo na Escola Normal Oficial desta cidade. Tanto a parte desportiva, como a literária, social e artística foram desempenhadas com segurança e de maneira a elevar mais ainda o conceito merecido em que é tida aquela casa modelar de ensino. A exposição de trabalhos e desenhos despertou o mais vivo interesse da nossa sociedade, tendo recebido os professores que a organizaram palavras de animação e de entusiasmo dos inúmeros visitantes, Fonseca Sobrinho, Prefeito Municipal, Prof. José Soares, diretor e distintas professoras do Grupo Escolar “Marcolino de Barros”, desta cidade. (...) **A Partida de Wolley-ball** - Foi disputada com grande entusiasmo, entre duas equipes do Curso Normal e do de Adaptação. O quadro do curso Normal estava assim constituído: Mercedes, Ada, Elza, Olga, Ilda e Namir. O quadro do Curso de Adaptação: Gremilda, Gláucia, Madalena, Neuza, Helena e Lindaura. Arbitrou o jogo a Exma Senhorinha Leonor de Moraes, professora de Educação Física,

³⁹ BRITO, Maria Terezinha. *A Escola Normal de Patos de Minas: 1932 – 1972*. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, Dissertação de Mestrado em História da Educação, 1999.

tendo como auxiliares as alunas Maria Ribeiro, Ermelinda, Antonia Gomes, Maria da Conceição e Guardina Cardoso, que serviram respectivamente de fiscal, apontadora e juizes de linha. O curso de Adaptação, que se apresentou de uniforme azul, saiu vencedor no primeiro e ultimo encontros. O team Normal, uniformizado de vermelho, esforçou-se bastante, tendo perdido com muita galhardia, por insignificante contagem. **A Reunião do Grêmio “Antônio Maciel”**- Sábado a noite, abriram-se as portas do elegante salão nobre da Escola para acolher uma numerosa e seleta assistência, que foi assistir a partida do Grêmio Literário, reunido especialmente para homenagear o professor Jacaúna de Paula Sales, Fiscal do Governo junto à Escola, que ali chegou precisamente às 20 e meia horas acompanhado de uma comissão de alunas. Recebido pelo diretor dr. Antonio Maciel e demais professores foi S.S. introduzido no recinto, seguindo-se imediatamente a primeira parte do programa. A srta. Ada Fonseca, ao declarar aberta a sessão, pronunciou elegantemente um mimoso discurso sobre os fins da reunião. Saudaram o homenageado as alunas Nilza Braga e Nilza Belluco, tendo ocupado a tribuna em seguida a srta. Teolina Vilela. O professor Jacaúna tomou depois a palavra, visivelmente emocionado e pronunciou, debaixo de um silêncio absoluto, palavras de encorajamento, com a ardência e o fogo crepitante de nordestino, sobre assuntos palpitantes da pedagogia moderna, finalizando, de coração a mostra, com agradecimentos aos promotores da homenagem que tanto o desvanecera. A segunda parte do programa constou de bailados, números de canto, recitativos, sobressaindo “Os Pescadores”, “O Ceará”, “As Sertanejas” e “Canção”, com música e letra regionais. Madalena Lucchesi recitou, com aplausos gerais, uma poesia humorística. Aquela noite de arte, de beleza e de harmonia deixou maravilhosa impressão na distinta assistência, que não regateou palmas e elogios as alunas que tomaram parte nas festividades. Levamos os nossos cumprimentos ao Dr. Antonio Dias Maciel, esforçado diretor e demais professores da Escola pelo êxito que obtiveram.⁴⁰

⁴⁰ AS BRILHANTES festividades com que a Escola Normal encerrou

Desnecessário dizer que a cidade civilizada dos Dias Maciel era destinada aos seus pares e não às classes trabalhadoras. Os meninos de pés descalços, negros e lombriguentos permaneceram confinados, junto com seus pais, nas fazendas ou nos arrabaldes de Patos. Mais precisamente no bairro da Várzea, nascido justamente para abrigar a raia miúda.

Cabe indagar, por outro lado, a respeito das tensões sociais que se davam no espaço *concreto* da cidade sobre a qual os Macieis impunham seu projeto civilizacional. Se lermos os documentos tomando por *real* o que, na verdade, é uma *representação*, haveremos de entender a cidade de Patos exclusivamente através da memória dos Macieis. Aliás, alçada à memória histórica de Patos de Minas através da pena de Antônio de Oliveira Mello.

Ora, a memória dos Dias Maciel, que se sai vencedora no processo de constituição urbana da cidade, ainda que elida os conflitos sociais, inclusive os conflitos dados no interior da camada dominante local⁴¹, *não é a única memória possível*. Se deslocamos o olhar *das ações* dos Macieis sobre a cidade e nos detemos *na cidade que estava sendo submetida à intervenção* outros contornos nos aguardam.

Vejamos o Jornal *A Cidade de Patos* de 7 de maio de 1916, pertencente aos Macieis e que possuía como redator chefe o médico Adélio Maciel o qual era, também, agente do executivo,

o ano letivo. *A Reforma*. Patos de Minas, 11 de dezembro de 1934. Ano III. n. 113. p.1.

⁴¹ A cidade de Patos também foi palco de um sangrento conflito no interior da camada dominante, o qual opôs na disputa pela cidade, os Macieis e os Borges. O conflito é retratado pela memória dos velhos e foi impresso, inclusive, no zoneamento urbano da cidade. Infelizmente, discutir o tema não cabe nos limites deste artigo. Sobre a memória dos Borges, ver: BORGES JÚNIOR, Deiró Eunápio. *De Deiró a Deiró: memórias de um menino de recados*. Belo Horizonte: Cuatiara, 1994; Sobre o conflito, ver: SILVA, Rosa Maria Ferreira. Entre Borges e Macieis: aspectos do processo de construção da cidade republicana no interior de Minas Gerais. Cidade de Patos, 1870-1933. *Revista ALPHA – Patos de Minas*, ano 12, n.12, nov. 2011. (ISSN – 1518-6792).

portanto o prefeito. Ainda que a matéria sirva para celebrar as ações sanitárias de Adélio, na luta pela *hygiene* de Patos, o faz a partir de um pano de fundo que revela a própria cidade que está sendo vítima de intervenção:

Temos notado que a hygiene em PATOS, vai se aperfeiçoando cada vez mais; ultimamente ja existem caixas de liquefacção em pequenos esgotos em alguns edificios publicos e mesmo casas particulares. O Dr. Adelio Maciel, agente executivo municipal acaba de dar providencias energicas para a reconstrução e esgotos no matadouro municipal, que de matadouro só tinha o nome. O Dr. Adelio, formado ha pouco, está imbuido das ideias modernas sobre medicina de hoje, que não é mais a medicina doutr'ora das tisinias, dos gargarejos e das xaropadas, mas sim é a medicina dos intrancados problemas da sociologia dinamica e sobretudo de prophylaxia social, está portanto mais que ninguem apto para no cargo que occupa melhorar a hygiene publica, por longos annos tão descuidada nesta terra, e como pela aurora é que se conhece se o dia será bello, so temos a augurar para esta cidade um bello estado sanitario; todavia é de nosso dever chamar de S.Sa. para extranhos odores que notamos em certas ruas e mesmo partindo de algumas casas, parecendo provir de materiais em decomposição. Estamos certos que ainda não chegaram ao conhecimento de S.Sa. porque conhecemos sua inflexibilidade no comprimento do dever contra as infracções, sejam quais forem os seus autores, o lustre de sua linhagem, ou o gráo de amizade ou parentesco que ligue as suas familias, tanto maior que a condescendência, pode correr-se desenvolva a peste em tais lugares e as mesmas pessôas estimadas serem vittimas DELLA. Temos notado o desaparecimento das febres de mau character, que todos os annos na epocha da estiagem, era reimardia(?) em Patos, talvez com o desaparecimento do lendario rego ou com a canalização dagua; devemos porém observar ao povo que isto não basta, é preciso cuidar das molestias intestinaes que assolam as crianças na segunda infancia e mesmo os adultos, sendo a principal a helminthiose,

tambem chamada vulgarmente de vermes intestinaes; em medicina hoje antes prevenir que curar; uma medicina que curasse somente, seria como se se construíssem pontes sem parapeitos como um serviço de barcos de salvamento para os que fossem cahindo; torna-se necessario o uso do filtro, que retém o germen do parazita, o filtro deve ser vulgarizado, ha filtros caros para os ricos e os ha para os pobres. Os negociantes deviam mandar vir em prosissão os pobres e velhos, pois assim prestavam um grande serviço a população de sua terra, sobre tudo a estas creanças pansudas que vemos ahi de um amarello sujo perambular pelas ruas⁴².

Das entrelinhas da memória vencedora, eis que saltam os sujeitos esquecidos. São as crianças pançudas de verminose que, pés no chão, vagueiam pela cidade, “afrontando” a civilização dos ricos. São negros que, desafiando a representação de *cidade branca*, se insurgem nas páginas do Jornal *O Trabalho*, em 1905, na celebração de Nossa Senhora do Rosário: *No dia 08 do corrente ocorreu a celebração de N.S. do Rosário. Os pretos fantasiados percorreram as ruas do Arraial [de Lagoa Formosa]*⁴³.

Ou, pior ainda, se deixam fotografar:

⁴² A Hygiene em Patos. *Cidade de Patos*. Cidade de Patos, Minas, Anno II, n.67, 7 maio. 1916, p.1.

⁴³ O *TRABALHO*, 20 out. de 1905.



FIGURA 2: Passeata dos Operários Patenses. Década de 1930.
FONTE: MuP – Museu da Cidade de Patos de Minas. Acervo Digitalizado.

Das experiências do cotidiano registradas nas formas culturais privadas, a fotografia tem o privilégio de nos colocar diante da imagem que o olho selecionou para a posteridade. Muitas vezes para registrar o desafio à ordem. A despeito da representação de cidade civilizada, fruto das ações dos Macieis, a imagem nos oferece outro discurso, outra memória. Mostrando o rosto encardido e marchando no centro de Patos, “os pretos, os pobres e as putas” refazem ao historiador a pergunta incômoda do leitor operário de Bertold Brecht: *Quem construiu a Tebas das sete portas?*